

O ACESSO A INFORMAÇÃO E OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DA UFPB¹

ACCESS TO INFORMATION AND STUDENTS WITH DISABILITIES OF UFPB

Emails:
giulianne.monteiro@gmail.com
belbib@gmail.com
bernardinafreire@gmail.com

Giulianne Monteiro Pereira, Izabel França de Lima, Bernardina
Maria Juvenal Freire de Oliveira

Resumo

O presente artigo é resultado parcial de pesquisa de dissertação de mestrado¹, que tem como objetivo principal analisar o acesso à informação no âmbito da UFPB sob o olhar e memórias individuais/coletivas dos alunos com deficiência buscando propor formas de estabelecer o direito de acesso a informação. Trata-se de um artigo de cunho exploratório e descritivo, onde a abordagem da pesquisa é do tipo qualitativa. Apresenta um breve contexto histórico da pessoa com deficiência, faz-se uma breve explanação a respeito dos direitos adquiridos através da legislação, resoluções, normas brasileiras e internacionais, bem como as resoluções, setores e serviços no âmbito da UFPB destinadas às pessoas com deficiência. Aborda os conceitos de informação, bem como seu acesso e uso como direito fundamental.

Palavras-chave: Acessibilidade. Acesso à informação. Inclusão social.

Abstract

This article is the partial result of dissertation research that has meant to examine access to information under the UFPB under the gaze and individual / collective memories of students with disabilities to propose ways to establish the right of access the information. This is an exploratory and descriptive nature of article where the approach of the research is the qualitative type. Provides a brief historical background of the disabled person, it is a brief explanation about the rights acquired through legislation, resolutions, Brazilian and international standards and resolutions, and service sectors within the UFPB for people with disabilities / with special needs. Discusses the concepts of information as well as your access and use as a fundamental right.

Keywords: Accessibility. Access to information. Social inclusion.

1 INTRODUÇÃO

¹ Pesquisa em andamento do Mestrado em Ciência da Informação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

Com o auxílio da evolução tecnológica, as formas de armazenamento e o processo de busca de informações vêm sofrendo drásticas mudanças, estas tem favorecido de forma colossal e ampliado as estratégias e possibilidades de busca e acesso à informação, em especial na estrutura educacional, pontualmente no ensino superior.

Todavia, mesmo com a existência de tantos e tão variados adventos tecnológicos nem toda barreira fora vencida. Algumas barreiras ainda são presentes no cotidiano acadêmico nas Instituições de Ensino Superior (IES), sejam elas arquitetônicas, tecnológicas, de comunicação ou de atitude, essa última, infelizmente ainda tão presente numa sociedade que se autodenomina “inclusiva” e “igualitária”.

Durante muitos anos a pessoa com deficiência (PcD) vem buscando pelo seu espaço como ator social do meio em que vive. Muitas foram os desafios, embates e lutas para se conquistar direitos que deveriam ser garantidos pelo simples fato de serem direitos. Dentre esses direitos conquistados, podemos citar alguns como, o direito à educação, ao acesso à informação e aos serviços de saúde.

Esses direitos estão sendo reconhecidos e utilizados por essas pessoas, percebe-se cada vez mais a presença e participação da pessoa com deficiência no meio em que vive, na busca pelos seus direitos como cidadão, e mesmo ainda com algumas dificuldades, já é possível perceber a presença da PcD no contexto escolar/acadêmico que cada vez mais tem crescido.

O acesso à educação é um direito estabelecido pela Constituição Federal (1988), para o atendimento deste direito pelas pessoas com deficiência, vem sendo utilizado o termo “educação inclusiva” que o MEC conceitua como um processo de educação que busca “fugir do processo compensatório para as pessoas com deficiência, assim rompendo com as barreiras da chamada “educação especial” como afirma o Ministério da Educação”. (BRASIL, 2006, p. 11)

O processo de educação está ligado intrinsecamente com o acesso à informação, à leitura, pois é com esse acesso que um aluno seja ele com ou sem deficiência poderá ter subsídios necessários para poder concluir sua formação. Utilizando-se da premissa que, é através da informação que tanto uma pessoa com deficiência como qualquer outra pessoa dotada ou não de alguma limitação poderá incluir-se no meio em que vive, podendo exercer seus direitos e efetivando-se acima de tudo como um cidadão.

Embasando essa premissa, Gil (2006) considera que a informação é um dos fatores facilitadores da inclusão, pois ela tem se revelado uma das ferramentas mais eficazes no processo de combate aos preconceitos e neutralização de estigmas.

O presente artigo é parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação de uma Instituição Pública de ensino superior que tem como objetivo Geral: Analisar o acesso à informação no âmbito da UFPB sob o olhar e memórias individuais/coletivas dos alunos com deficiência.

O artigo apresenta um recorte da pesquisa, tendo como objetivo apresentar alguns resultados parciais, que acabam sendo alguns dos objetivos específicos da pesquisa original, sendo eles: a) identificar os alunos com deficiência/necessidades especiais da UFPB; b) mapear os principais instrumentos legais brasileiros e internacionais destinados a Pessoa com deficiência e ao acesso à informação; c) identificar os programas, setores e serviços oferecidos aos alunos com deficiência na UFPB. Tratando-se de resultados parciais, apresentaremos aqui os dados coletados até o momento da qualificação da pesquisa e algumas considerações preliminares.

2 DO CONCEITO DE INFORMAÇÃO À SEU ACESSO

Existem várias áreas do conhecimento que empregam as mais variadas possibilidades de utilização do termo “informação” e conseqüentemente com designações conceituais aplicáveis às conveniências que a sua área permita na construção do conceito.

Na Ciência da informação, Lima, Santos e Llarena (2014, p.25) explicam que,

Araújo (2014); Capurro e Hjørland (2007) identificaram na Ciência da Informação quatro conceitos principais: *o da teoria da informação* (formulada por Shannon e Weaver); *o da visão cognitiva* (proposta por Brookes e desenvolvida por Belkin); o de Buckland (que, ao propor a ideia de ‘*informação como coisa*’, reintroduz o conceito de documento na área); e o relacionado ao desenvolvimento de distintas teorias, como a análise de domínio, o sociocognitivismo, a hermenêutica e a semiótica.

Azevedo Netto (2007, p. 5) explica que “a informação só existe na presença do homem, como seu receptor, já que é nesta instância que se dá o reconhecimento da informação, mas incluindo aí o homem não só como indivíduo, mas também como ser e ator social”.

Em síntese, o conceito universal de informação seria o de “qualquer coisa que é de importância na resposta a uma questão.” (BATESON, 1972 APUD CAPURRO, HJORLAND, 2007).

Lima; Santos e Llarena (2014, p 20) explicam que “só é informação o que de fato, reduz incertezas ou o que conduz à compreensão, até porque inexistente uniformidade entre os indivíduos: o que é informação, para alguém, pode ser mero dado para outrem”.

Percebe-se que o emprego da palavra informação vai além das estruturas científicas e da observação de seu uso, ficando a utilização, ou até mesmo a escolha de seu conceito, condicionada à área do conhecimento onde será aplicada.

Nesse contexto, pode-se considerar a informação não apenas como coisa, mas sim, como algo a ser acessado em forma e/ou formato compreensível. Nesse sentido amplia-se o leque de formas e formatos visto as inúmeras necessidades diferenciadas dos discentes e docentes, sejam elas causadas por limitações físicas ou geográficas.

Toda informação foi gerada por algo ou alguém, como ainda, que toda informação foi gerada para algo e para alguém, que pode ser constatada através de uma perspectiva adaptada da terceira lei da biblioteconomia de Shiyali Ramamrita Ranganathan, publicada em 1928, onde “*para cada informação o seu usuário.*”

Ainda nessa perspectiva de produção de informações, onde toda informação tem o seu objetivo principal que é o de ser acessada, desde a década de 80 passa-se a ser discutido e publicados vários instrumentos legais brasileiros e internacionais que tratam o acesso à informação como um direito fundamental.

O acesso à informação como um direito fundamental vem sendo discutido e reconhecido por vários organismos internacionais, como por exemplo a Organização das nações unidas (ONU). Essas discussões podem ser facilmente visualizadas através do discurso da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no Pacto internacional dos direitos civis e políticos (1966), como ainda na própria constituição (1988).

Se a preocupação primária era tornar o acesso à informação um direito e esse já se tornara um, surgem com o passar do tempo outras questões a se preocupar, como por exemplo, como seria possível acessar, bem como se as informações estariam realmente disponíveis, a qualidades dessas informações e o principal: se esse direito vem sendo de fato assegurado, não apenas pelas PcD mas também por toda sociedade em geral.

Nesse aspecto foram surgindo outros instrumentos normativos com a finalidade de facilitar esse acesso, como é o caso da “Lei de Acesso à informação” que determinava que o Estado deveria garantir o direito de acesso à informação de forma transparente, clara e em linguagem de compreensão fácil.

3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO

A história da pessoa com deficiência é marcada por muitos desafios, o pior deles: o preconceito, pode-se observar uma história com muitos episódios de lutas que tinha como propósito maior: o exercício de cidadania.

A partir da literatura, constata-se que a pessoa com deficiência até meados do Séc. XV era tratada como uma pessoa totalmente incapaz, um castigo divino e eram rejeitados pela sociedade que tinha medo de que determinada deficiência fosse de alguma forma transmissível a outro indivíduo, contudo, muitas vezes a rejeição começava dentro do seio familiar. (ARANHA, 2005)

Do Séc. XVI em diante, devido ao avanço das ciências médicas e sociais, o surgimento da “tese da organicidade” que defende que as deficiências são causadas por fatores naturais e não fatores espirituais transcendentais, como ainda, pela humanização da visão social, percebe-se que houve uma mudança na forma em que a deficiência é tratada na literatura e a posteriori na sociedade. (ARANHA, 2005)

No Brasil, os registros mais antigos localizados, dão conta de que o atendimento a pessoa com deficiência teve seu marco com a criação do Imperial Instituto dos meninos cegos, na cidade do Rio de Janeiro, pelo imperador Dom Pedro II em 1854 pelo Decreto Imperial n. 1.428. Em 1891 o Instituto muda seu nome para Instituto Benjamin Constant (2005) em homenagem ao seu terceiro diretor.

Durante muitos anos, a pessoa com deficiência fora excluída ou segregada, e é partir da sua integração que começa a ter acesso à educação. Contudo, é a partir do processo de inclusão que a PcD passa a ter direito a equiparação de oportunidades e onde surgem as escolas inclusivas, que em sua prática deve atender as necessidades e particularidades de todos os alunos, sejam eles com ou sem deficiência.

Porém, faz-se necessário ressaltar que esse processo de inclusão acontece de forma individual e no tempo de cada indivíduo, não é por que desde 1990 estamos na era ou época da inclusão que necessariamente as pessoas com deficiência se sintam dessa forma: “incluídos”.

Na prática ainda existem muitos desafios, seja de acessibilidade ou de atitude da sociedade. Primeiramente, por que não são todos os espaços, escolas que já estão preparadas para receber e oferecer subsídios às essas pessoas, isso acontece também no âmbito das Universidades sejam elas públicas ou privadas.

Contudo, a partir do momento que a Sociedade passa a ter práticas mais inclusivas, como também o auxílio da evolução das tecnologias, da criação de políticas e ações voltadas para as pessoas com deficiência (PcD), têm se observado cada vez mais o ingresso de PcD na educação de base, como ainda a real possibilidade do ingresso dessas pessoas ao Ensino Superior no Brasil.

Entretanto, se para a pessoa com deficiência até meados dos anos 2000 era difícil frequentar uma escola para concluir sua educação primária/secundária, garantir o seu acesso no Ensino Superior foi uma longa caminhada.

O direito de todos à educação de (forma igualitária) foi proclamada pela primeira vez pela Declaração dos Direitos Humanos no ano de 1948 (BRASIL, 1990), sendo retomada na Constituição Brasileira do ano de 1988 (BRASIL, 1988).

E em 2003, através da portaria nº. 3284, o MEC assegura as pessoas com [deficiência] o direito de acessibilidade à educação em todos os níveis de educação.

De acordo com dados divulgados pelo Portal Brasil (2015), a quantidade de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior aumentou quintuplicou entre o período de 2003 e 2014, onde os estudantes com deficiência passaram de 3.705 (três mil setecentos e cinco) no começo do período para 19.812 (dezenove mil oitocentos e doze) em 2015.

Um outro dado que cresceu foi o número de Instituições de Educação Superior que atendem alunos com deficiência, onde esse dado duplicou no mesmo período, o número passou de 1.180 (mil, cento e oitenta) no fim do século passado para 2.378 (dois mil, trezentos e setenta e oito) em 2010, onde na época 1.948 informam disponibilizar uma estrutura de acessibilidade para os estudantes.

Logo, é possível observar uma crescente demanda de pessoas com deficiência/necessidades especiais nas Universidades brasileiras, em especial, com as políticas de cotas atualmente adotadas pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), contudo, é preciso entender a inclusão no ensino superior não apenas com a viabilização da entrada do aluno na Universidade, mas também como viabilização de acesso a todos os serviços e setores oferecidos por essas instituições de ensino, como a dado a todo discente.

4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Quanto aos objetivos deste artigo, trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo de abordagem quantitativa.

Os dados preliminares apresentados aqui foram coletados a partir de um levantamento bibliográfico e documental. Primeiramente, fora realizado o levantamento bibliográfico principalmente em dissertações, teses, artigos científicos e livros impressos/digitais, a respeito das temáticas: pessoa com deficiência, acesso à informação, memória coletiva, inclusão social, para que nos auxiliasse na compreensão da história e desafios dos sujeitos da pesquisa, focando principalmente no que diz respeito aos desafios quanto ao acesso à informação, podendo compreender ainda, como o acesso à informação pode auxiliar a PcD no acesso e permanência no ensino superior.

Em seguida, partiu-se para o levantamento de dados com o objetivo de identificar o perfil dos sujeitos da pesquisa (tipo de deficiência, curso, etc.), como ainda verificar as políticas, setores, serviços dentro da própria universidade e por fim conhecer as principais leis, normas, decretos, ações, etc., voltadas a PcD e ao acesso à informação. Esse levantamento fora realizado

principalmente através do Portal da instituição (universo da pesquisa), banco de informações da instituição e dos instrumentos legais/normativos nacionais e internacionais.

5 RESULTADOS PARCIAIS

Quanto ao objetivo “identificar os alunos com deficiência/necessidades especiais da UFPB”, verificou-se que no Campus de João Pessoa existem atualmente 25.005 (vinte e cinco mil e cinco) alunos matriculados, onde 1.027 (mil, vinte e sete) alunos matriculados possuem alguma deficiência/NE, constatando que de todos os *campus* da UFPB, o de João Pessoa (*Campus I*) é o que possui mais alunos com deficiência matriculados em algum curso seja ele presencial ou a distância (EAD). (NTI, 2015)

Verificou-se ainda que no tocante as necessidades especiais, o usuário de óculos dispara na frente sendo 732, já em relação a deficiência percebeu-se a existência de mais alunos com deficiência física sendo ao total 153. Foi possível identificar ainda a quantidade e tipos de deficiência por curso presencial no Campus João Pessoa da UFPB, constatando que atualmente existem alunos com deficiência/necessidades especiais matriculadas na maioria dos cursos presenciais da UFPB, aparecendo em todas as áreas do conhecimento, apresentando-se de maneira bem expressiva, sendo o de Medicina o que possui mais alunos com deficiência / necessidades especiais.

Quanto ao objetivo “mapear os principais instrumentos legais brasileiros e internacionais destinados à PcD e ao acesso a informação” foi possível elaborar o quadro 1, apresentado a seguir.

Quadro 1 – Leis, normas, decretos, ações destinadas à PcD e ao acesso à informação

INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO
Lei nº 4.024/61 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)	Direitos dos “excepcionais” à educação dentro do sistema geral de ensino.
1973 - Ministério da Educação e Cultura (MEC) cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP)	Criação de ações educacionais integracionistas voltadas às pessoas com deficiência e superdotadas.
Constituição Federal (Art. 3º, inciso IV; Art. 206; Art.208)	Promoção do bem de todos sem quaisquer outras formas de discriminação. Igualdade de condições de acesso e permanência nas escolas. Oferta de atendimento educacional especializado, na rede regular de ensino.
Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985	Torna obrigatória a colocação do “ Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.
Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas [portadoras] de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
1990 Declaração Mundial sobre	Em 1990 na realização da Conferência Mundial sobre Educação para todos em Jomtien, Tailândia, foi proclamada a “Declaração Mundial sobre

Educação para todos / UNESCO	Educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”.
Resolução nº 48/96 de 20 de dezembro de 1993	Normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com Deficiência da Organizações das Nações Unidas.
1994 - Declaração de Salamanca	Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.
Lei nº 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)	Garantia aos alunos de currículo, métodos, recursos e organização específicos para atendimento das suas necessidades.
Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
Portaria nº 1.679 de 2 de dezembro de 1999	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
NBR 10.898/1999	Sistema de Iluminação de Emergência.
Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
NBR 13.994/2000	Elevadores de Passageiros: elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência.
Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001	(Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
Portaria nº 2.678/02	Aprova diretriz e normas para uso, ensino, produção e difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo a grafia Braille para a língua portuguesa e seu uso em todo o território nacional.
Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
2003 – Programa Educação inclusiva (MEC)	Direito à diversidade.
Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004	Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade.
Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005	Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
2005 - Manifesto Brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica	Lançado pelo IBICT em 2005 através de uma videoconferência, o manifesto foi em formato de um documento de apoio/guia ao movimento internacional em prol do acesso livre à informação que continha recomendações de como se alcançar o objetivo de acessar de forma livre a informação especialmente a de cunho científico, o documento foi redigido baseado na Declaração de Berlim (IBICT, 2005).
Portaria nº 976, de 05 de maio de 2006	Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação, conforme decreto 5296 de 2004.
2006 - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	Criado para desenvolver ações afirmativas de inclusão.

2006 - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.
2007 - Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) NBR 15.599/2008	Acessibilidade arquitetônica e a formação docente para o atendimento educacional especializado.
Decreto Nº 186, de 09 de julho de 2008	Acessibilidade – comunicação na prestação de serviços.
Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
Resolução nº4 CNE/CEB de 02 de outubro de 2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo assinados em Nova York em 30 de março de 2007.
Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011	Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011	Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano viver sem limite.
Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011	Lei de acesso à informação (LAI) que regula o acesso à informação previsto no inciso XXXVI do artigo 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988. Manifesto Brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica lançado pelo IBICT Através de uma videoconferência, o manifesto foi em formato de um documento de apoio/guia ao movimento internacional em prol do acesso livre à informação que continha recomendações de como se alcançar o objetivo de acessar de forma livre a informação especialmente a de cunho científico, o documento foi redigido baseado na Declaração de Berlim.
Lei 12.764, de 2012	Artigo 7º determina punição a gestor escolar ou autoridade competente que recusar matrícula de aluno com transtorno do espectro autista ou qualquer outro tipo de deficiência.
Tratado de Marrakesh 28 de junho de 2013	Tratado que facilita, às pessoas com incapacidade visual e às pessoas com dificuldade para aceder ao texto impresso, o acesso às obras publicadas.
Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). (Cap 2- Do acesso à informação e à comunicação).
NBR 9.050/2015	Publicada a terceira edição da Norma Brasileira para promover Acessibilidade de pessoas com deficiência a edificações, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A partir da explanação desse panorama verificamos o grande volume de instrumentos legais, onde normalmente um surge para complementar ou suprir alguma lacuna de um já existente, fora percebido também o quanto já tem se preocupado com políticas, ações e leis que visam garantir o acesso da Pessoa com deficiência não apenas no âmbito do ensino regular, mas também nas Instituições de Ensino Superior (IES), como ainda no acesso à informação.

Contudo, percebe-se que faz-se necessário a fiscalização constante, de forma que esses direitos possam ser garantidos e implementados no dia a dia da PcD.

Quanto ao objetivo “identificar os programas, setores e serviços oferecidos aos alunos com deficiência/necessidades especiais na UFPB”, verificou-se as políticas, os setores e serviços

existentes e que estão disponíveis aos alunos com deficiência da UFPB.

Quadro 2 – Setores e serviços oferecidos no âmbito da UFPB

DESCRIÇÃO	
Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA)	Está em funcionamento desde julho de 2011 e é um setor vinculado à Pró-Reitoria de assistência e promoção ao estudante (PRAPE), substituindo o Comitê de Apoio a portadores de necessidades especiais (COMPORTA). Tem o papel de garantir a permanência e o aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais na UFPB.
Núcleo de Educação Especial (NEDESP)	Vinculado ao Centro de Educação (CE) da UFPB e é um órgão suplementar de atendimento psicopedagógico, pesquisa e extensão, responsável pela programação e coordenação da Educação Especial. Alguns de seus objetivos são: prestar serviços técnico-profissionais à comunidade em geral, em ação conjunta com os demais órgãos da UFPB; desenvolver programas preventivos contra a excepcionalidade por meio de cursos, simpósios, palestra e seminários; e fomentar e estimular o aperfeiçoamento do pessoal docente e técnico-administrativo envolvido nesse campo de trabalho, visando a sua permanente atualização.
Laboratório de Acessibilidade do Departamento de Arquitetura (LACESSE)	Surgiu a partir de um grupo de pesquisa denominado como “qualidade, acessibilidade, tecnologia e conforto do ambiente construído”. Tem como objetivo dar apoio às atividades de ensino nas disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo, vinculadas às áreas de Projeto (de edificações e urbano) e Tecnologia da Arquitetura, como também promover a consolidação de pesquisa científica na área, colaborando com a prática da extensão já difundida na UFPB.
Laboratório de Tecnologia Assistiva do Departamento de terapia ocupacional (LAVITA)	O LAVITA, serve como suporte de aprendizagem, possibilitando o desenvolvimento das habilidades profissionais dos alunos funciona na Clínica-escola.
Seção de inclusão para usuários com necessidades especiais/Biblioteca Central (SIUNE)	Alguns objetivos: elaborar projetos e propostas de desenvolvimento da Seção visando à comunidade de deficiência visual; efetuar empréstimo do acervo bibliográfico da coleção disponível na Seção Espaço Braille; gravar livros e periódicos e textos das necessidades imediatas do portador de deficiência visual; etc.
Programa de Apoio ao Estudante com deficiência	Vinculado a Pró-Reitoria de Assistência e promoção ao estudante (PRAPE) visa facilitar o processo de inclusão pedagógica das pessoas com deficiência e necessidades especiais. Os estudantes apoiadores assumem atividades junto aos estudantes com deficiência, respeitando-se as peculiaridades e necessidades educacionais de cada área de deficiência ou alteração decorrente de sequelas físico motora, auditiva, visual, de transtornos funcionais específicos (TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) e outras demandas pedagógicas. O aluno recebe uma bolsa financeira e escolhe com que tipo de deficiência ele irá trabalhar.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Observa-se que a Universidade Federal da Paraíba tem pensado e investido em formas, serviços e ações que facilitem o acesso, permanência e conclusão do curso por parte dos alunos com deficiência, contudo, percebe-se que ainda está longe de ser o ideal, é preciso que a Universidade toda (seus setores, salas de aula, bibliotecas) seja acessível, para que haja de fato a inclusão desses alunos na Universidade.

De toda forma, vale ressaltar que compreende-se essas redes de auxílio ao estudante com deficiência na UFPB, extremamente necessárias e importantes para oferecer as mínimas condições ao estudante de entrar, permanecer e concluir seu curso.

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Até o momento, através do levantamento bibliográfico e documental, o que se verifica é que desde do Séc. XX em diante, o cenário de como a pessoa com deficiência era vista e tratada vem mudando de forma positiva, talvez um pouco lenta, entretanto, a Sociedade tem aceitado e respeitado cada vez mais a pessoa com deficiência como ‘ser atuante’ e que pode contribuir e muito para o desenvolvimento dessa.

Observa-se que a informação pode ser conceituada, utilizada e entendida de diversas maneiras por cada área de atuação e contexto no qual está ou será inserida, onde a sua utilização, vai além das estruturas científicas e da observação de seu uso.

Entendeu-se que no âmbito das Instituições de Ensino Superior podem ser encontrados pelo menos três tipos de informações: às que são disponíveis à comunidade acadêmica por meio dos livros, artigos científicos que podem ser encontradas nas bibliotecas; a segunda fonte seria então o conteúdo informacional passado em sala de aula pelos professores, nos debates com os colegas e por último a informação veiculada pela Universidade sobre seus setores, serviços, direitos e deveres dentro da Universidade. Compreendendo por fim, que o acesso a esses tipos de informação como de suma importância para que o aluno com ou sem deficiência possa se sentir de incluído de fato naquele ambiente.

Quanto a quantidade de alunos com deficiência/necessidades especiais, acredita-se que esse número possa ser um pouco maior do que o constatado, foi possível apenas identificar aqueles alunos que declararam possuir ou não deficiência/necessidade especial no ato do cadastro da pré-matrícula. Faz-se necessário refletir e observar sobre quais e como são elaborados esses tipos de perguntas no formulário de pré-matrícula, onde se questiona se existe algum campo que explique o que é e quais são os tipos de deficiência, necessidades especiais e as necessidades educacionais. Apenas com base nas informações disponíveis, não foi possível identificar as principais necessidades educacionais desses alunos.

A respeito dos instrumentos normativos, conclui-se que apesar de existirem tantos, bem como, de existirem muitas ações onde todos pontuam o direito à educação, à informação, à serviços de saúde, etc., a questão maior é que não são instrumentos tão recentes, tentamos aprofundar a reflexão da prática de cada um desses instrumentos, e o que verifica-se que é o que foi colocado em prática ainda se distancia um pouco de uma realidade mais inclusiva e cidadã.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola viva**: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2005.

AZEVEDO NETTO, C. X. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, UFGD, v. 1, n. 2, p. 1-19, jul./ dez. 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC n. 976**, de 05 de maio de 2006. Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação, conforme decreto 5296 de 2004. [Brasília, DF, 2006.]

BRASIL. Governo Federal. **País quadruplica número de matrículas de pessoas com deficiência**. Portal Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/07/pais-quadruplica-numero-de-matriculas-de-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

GIL, Marta. **Acessibilidade, inclusão social e desenho universal**: tudo a ver. 2006. Disponível em: < <http://www.bengalalegal.com/martagil.php>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT (IBC). **Como tudo começou**. [2005]. Disponível em: < <http://www.ibc.gov.br/?itemid=89>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

LIMA, I. F.; SANTOS, R. R. LLARENA, R. A. S. Informação: tecendo os fios dos conceitos. IN: DUARTE, E. N.; LLARENA, R. A. S.; LIRA, S. L. L. (Orgs.). **Da informação à auditoria de conhecimento**: a base para a inteligência organizacional. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 13 - 43.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).